

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Atvos Bioenergia Alcídia S.A.
Teodoro Sampaio – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atvos Bioenergia Alcídia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atvos Bioenergia Alcídia S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

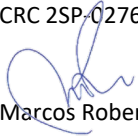
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	43.650	49.431
Contas a receber de clientes	6	75.122	76.302
Estoques	7	1	795
Tributos a recuperar	8	2.174	2.292
Partes relacionadas	9 (a)	24	24
Outros créditos		<u>59</u>	<u>678</u>
Total do ativo circulante		<u>121.030</u>	<u>129.522</u>
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	8	4.429	3.602
Depósitos judiciais	21 (c)	1.373	1.577
Outros créditos		<u>100</u>	<u>65</u>
		5.902	5.244
Investimentos	10	4.106	3.592
Imobilizado	11	71.357	80.422
Intangível	12	<u>1</u>	<u>33.513</u>
Total do ativo não circulante		<u>81.366</u>	<u>122.771</u>
Total do ativo		<u>202.396</u>	<u>252.293</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	13	1.144	5.428
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	13	271	406
Empréstimos e financiamentos	14	2.594	1.509
Salários e encargos	15	-	1.294
Tributos a recolher	16	299	495
Adiantamentos de clientes	17	1.094	36
Partes relacionadas	9 (a)	19.893	19.908
Total do passivo circulante		<u>25.295</u>	<u>29.076</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	13	279	419
Empréstimos e financiamentos	14	1.804	4.398
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	14	98.225	79.257
Tributos a recolher	16	6	288
Provisão para contingências	21 (a)	3.023	3.019
Imposto de renda diferido passivo	20 (a)	9.254	9.647
Outros débitos		5.445	5.445
Total do passivo não circulante		<u>118.036</u>	<u>102.473</u>
Total do passivo		<u>143.331</u>	<u>131.549</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		1.797.994	1.797.994
Prejuízos acumulados		(1.738.929)	(1.677.250)
Total do patrimônio líquido		<u>59.065</u>	<u>120.744</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>202.396</u>	<u>252.293</u>

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receitas	22	30.018	73.012
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	<u>(49.501)</u>	<u>(98.079)</u>
Prejuízo bruto		(19.483)	(25.067)
Despesas com vendas	23	-	(2)
Despesas administrativas e gerais	23	(2.401)	(2.951)
Resultado de participações societárias	10	514	467
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>(27.610)</u>	<u>(47.107)</u>
Prejuízo operacional antes resultado financeiro		(48.980)	(74.660)
Receitas financeiras	25	6.809	11.469
Despesas financeiras	25	<u>(19.901)</u>	<u>(31.191)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(13.092)</u>	<u>(19.722)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(62.072)	(94.382)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20 (b)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (b)	<u>393</u>	<u>57</u>
Prejuízo do exercício		<u>(61.679)</u>	<u>(94.325)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	18 (d)	<u><u>(20.559,67)</u></u>	<u><u>(31.441,67)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Prejuízo do exercício	(61.679)	(94.325)
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(61.679)</u></u>	<u><u>(94.325)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024		1.413.374	111.600	(1.694.525)	(169.551)
Aumento de capital	9(a)(c)	384.620	-	-	384.620
Baixa reserva especial de ágio	12(i)	-	(111.600)	111.600	-
Prejuízo do exercício		-	-	(94.325)	(94.325)
Saldos em 31 de março de 2025		<u>1.797.994</u>	<u>-</u>	<u>(1.677.250)</u>	<u>120.744</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(61.679)	(61.679)
Saldos em 31 de março de 2026		<u>1.797.994</u>	<u>-</u>	<u>(1.738.929)</u>	<u>59.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(61.679)	(94.325)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	23	15.611	69.897
Variação no valor justo de ativos biológicos	23	-	(6.044)
Resultado de participações societárias	10	(514)	(467)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	11	-	54.382
Resultado de ativo intangível baixado	12	27.900	40.652
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	14	17.575	12.308
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	3.2(S)	-	4.938
Provisão atualização de depósitos judiciais		(354)	(5.045)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		823	85
Imposto de renda e contribuição social	20(c)	(393)	(57)
Provisão para redução ao valor de realização		441	(859)
Perda estimada com realização de impostos		(264)	(232)
Amortização ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ	14	2.001	2.001
		1.147	77.234
Variações em:			
Contas a receber de clientes		1.180	(75.221)
Estoque e adiantamentos a fornecedores		(281)	19.371
Tributos a recuperar		(445)	(743)
Depósitos judiciais		558	7.198
Outros créditos		599	224
Fornecedores		(4.559)	224
Salários e encargos		(1.294)	(1.100)
Tributos a recolher		(478)	200
Provisão para contingências - liquidações		(819)	(7.414)
Adiantamento de clientes		1.058	(97)
Outros débitos		-	(6.139)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.334)	13.737
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(717)	(542)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	3.2(S)	-	(8.807)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.051)	4.388
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Partes relacionadas		(80)	14.190
Vendas de ativos		-	13.681
Aquisições do imobilizado	28	(11)	(12)
Novas plantações de ativos biológicos	11	-	(5.006)
Tratos culturais de ativo biológicos	3.2(J)	(239)	(7.637)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		(330)	15.216
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	3.2(S)	-	(11.351)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	14	(1.400)	(1.400)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		(1.400)	(12.751)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(5.781)	6.853
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		49.431	42.578
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		43.650	49.431
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(5.781)	6.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

- (a) A Atvos Bioenergia Alcídia S.A. (adiante referida como “Alcídia” ou “Companhia”), localizado no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, tendo como objeto social a exploração, importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica.

A controladora direta da Companhia é a Atvos Agroindustrial Participações S.A., a qual detêm 100% do capital social da Companhia, e tem como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. (“Soneva Partners”).

A Companhia é parte relacionada do grupo econômico Atvos, podendo utilizar dos recursos administrativos, financeiros e tecnológicos desse grupo, além de parte substancial de suas operações serem efetuadas com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$61.679 no exercício corrente (R\$94.325 em 31 de março de 2025). A Companhia possui capacidade de moagem instalada de 1,8 milhões de toneladas de cana por ano, porém atualmente encontra-se hibernada. A Companhia possui caixa suficiente para manter-se operando por alguns anos, e, caso necessário, a ela conta também com o suporte financeiro de sua acionista para o cumprimento de suas obrigações.

Em 26 de março de 2026 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da controladora da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A., a criação de nova filial, integrada à unidade de Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul, no estado do Mato Grosso do Sul, para a construção da primeira unidade de etanol de milho do Grupo Atvos. O projeto está alinhado à estratégia de diversificação e ampliação da produção de biocombustíveis, com capacidade inicial estimada para processar 642 mil toneladas de milho por ano. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2026, e a controlada já possui licença de instalação aprovada para a construção. A Companhia está avaliando alternativas para o financiamento do projeto, incluindo possíveis captações junto ao mercado financeiro. Caso tais operações não sejam contratadas, os investimentos previstos poderão ser realizados com recursos próprios, observadas as condições de liquidez e o planejamento financeiro do Grupo.

A Companhia, sua, até então, controladora indireta A Atvos Agroindustrial S.A., e sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações, e as demais empresas do grupo, Santa Luzia, Rio Claro, Pontal, Brenco, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas.

Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas.

No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020.

Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023.

Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 13 e 14.

Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, a qual substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), tendo parte de sua implementação regulamentada em 16 de janeiro de 2025 pela Lei Complementar nº 214/2025.

A legislação complementar estabeleceu período de transição de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas atual e novo coexistem. Em 2026, primeiro ano da transição, não há recolhimento de CBS e IBS e a apuração da alíquota teste é realizada apenas para fins informativos; a mudança efetiva da carga tributária inicia-se gradualmente a partir de 2027, com a introdução progressiva das alíquotas dos novos tributos e a redução escalonada dos tributos atuais, até a substituição integral prevista para 2033. Para o ano de 2026, a única exigência é o destaque informativo de CBS e IBS nas notas fiscais, requisito com o qual a Companhia está em conformidade. Ainda, definição de alíquotas, regimes setoriais aplicáveis ao agronegócio, regras de creditamento e parâmetros de transição ainda depende de regulamentação complementar.

A Companhia mantém monitoramento contínuo da regulamentação complementar e a avaliação dos potenciais impactos e serão refletidos nas demonstrações financeiras assim que forem publicadas normas definitivas que se apliquem às operações da Companhia. Consequentemente, não há qualquer efeito registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de junho de 2026.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: 10- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(I) e 12.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 21.

(iii) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis

3.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

3.2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 25.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 25).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras".

A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

e. Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

Créditos de descarbonização (CBIOS) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos.

Após a mensuração inicial, o CBIOS, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOS e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

f. Depósitos judiciais

Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

g. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda encontram-se registrados na rubrica Outros créditos, no ativo não circulante.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

h. Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

b. Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

c. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização	
	2026	2025
Outorga e leilão de energia	3,33	3,61
Software	20,00	20,00

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	2026	2025
Equipamentos e instalações industriais	4,28	4,33
Edifícios e benfeitorias	3,83	3,92
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	11,08	10,62
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,33	8,33
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	6,57	6,59
Veículos	6,57	7,31
Equipamentos de informática	11,11	11,11

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

j. Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos.

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar
Saldo inicial dos ativos biológicos	-	15.956
Aumentos decorrentes de tratos	239	7.637
Variação no valor justo	-	6.044
Reduções decorrentes da colheita	(239)	(15.956)
Reduções decorrentes de vendas (i)	-	(13.681)
Saldo final dos ativos biológicos	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 9 (a), no decorrer da safra 24/25 a Companhia vendeu sua lavoura para a sua parte relacionada, Conquista do Pontal.

k. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

l. *Contas a pagar aos fornecedores*

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m. *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

o. Provisões para processos judiciais

A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

q. *Reconhecimento de receita*

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 22.

A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, armazenagem, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

r. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros e variações monetárias;
- despesa de juros e variações monetárias;
- rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- descontos obtidos e concedidos;
- o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

s. *Direito de uso e passivos de arrendamento*

A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

No decorrer da safra 24/25 a Companhia transferiu seus contratos de parcerias agrícolas para sua parte relacionada, Conquista do Pontal.

As movimentações do direito de uso e dos passivos de arrendamento durante o exercício comparativo foram as seguintes:

Direito de uso

	Parcerias agrícolas
Saldos em 1º de abril de 2024	68.770
Adições por novos contratos e remensurações (i)	24.852
Baixas	(82.869)
Depreciação	(10.753)
Saldos em 31 de março de 2025	-

Passivos de arrendamento

	Parcerias agrícolas
Saldos em 1º de abril de 2024	73.237
Adições por novos contratos e remensurações (i)	24.852
Amortização de principal	(11.351)
Amortização de juros	(8.807)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	4.938
Baixas	(82.869)
Saldos em 31 de março de 2025	-

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.

t. *Adiantamentos de clientes*

Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

u. *Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*

Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

v. *Benefícios à empregados*

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

w. *Capital social*

Ações ordinárias

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 18.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 18.

4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2025). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40 (R2)).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Caixa e bancos - no Brasil	-	<u>14</u>	-	<u>25</u>
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDBs	100,00% CDI	75	99,90% CDI	28.210
Fundos de investimento (i)	101,92% CDI	<u>43.561</u>	103,34% CDI	<u>21.196</u>
		<u>43.636</u>		<u>49.406</u>
		<u>43.650</u>		<u>49.431</u>

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 27.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Nota	2026	2025
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)			
- de partes relacionadas	9 (a)	<u>75.122</u>	<u>76.302</u>
		<u>75.122</u>	<u>76.302</u>

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	2026	2025
A vencer:	-	72.638
Vencidos:		
- até 30 dias	-	618
- de 31 a 60 dias	-	1.302
- de 61 a 90 dias	73.795	-
- de 181 a 360 dias	760	-
- acima de 360 dias	<u>567</u>	<u>1.744</u>
	<u>75.122</u>	<u>3.664</u>
	<u>75.122</u>	<u>76.302</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a administração da Companhia concluiu pela não necessidade de constituição da referida provisão.

7 Estoques

	2026	2025
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (i)	<u>1</u>	<u>795</u>
	<u>1</u>	<u>795</u>

- (i) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Em 31 de março de 2026 e 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(539)	(1.398)
(Adições)	(689)	(353)
Reversões	<u>248</u>	<u>1.212</u>
Saldo no final do exercício	<u>(980)</u>	<u>(539)</u>

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação.

8 Tributos a recuperar

	2026	2025
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	1.862	2.139
Contribuição para financiamento da seguridade social – ("COFINS")	2.688	2.678
Programa de integração social - ("PIS")	786	784
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	2.186	2.310
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	97	97
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - ("IRPJ")	836	-
Outros tributos a recuperar	2	4
Perda estimada com realização de impostos	<u>(1.854)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>6.603</u>	<u>5.894</u>
Ativo circulante	2.174	2.292
Ativo não circulante	4.429	3.602

A movimentação da provisão para perda estimada com realização de impostos durante o exercício é a seguinte:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(2.118)	(2.350)
(Adições)	(3)	(127)
Reversões	<u>267</u>	<u>359</u>
Saldo no final do exercício	<u>(1.854)</u>	<u>(2.118)</u>

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

9 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (incluem, salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos), sendo essa remuneração realizada a nível de grupo, na parte relacionada da Companhia, Brenco. A Companhia também não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 19), entre outros.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado.

Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 19, a Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada.

a. Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Nota	2026	2025
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	74.554	75.714
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	21	41
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	436	436
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	111	111
	6	<u>75.122</u>	<u>76.302</u>
Partes relacionadas			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	21	21
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	3	3
		<u>24</u>	<u>24</u>
Total no ativo circulante		<u><u>75.146</u></u>	<u><u>76.326</u></u>
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	113	266
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	660	597
	13	<u>773</u>	<u>863</u>
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	-	23
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	19.717	19.717
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(b)	175	167
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	1	1
		<u>19.893</u>	<u>19.908</u>
Total no passivo circulante		<u><u>20.666</u></u>	<u><u>20.771</u></u>

b. Transações relevantes no exercício

	Nota	2026	2025
Vendas de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	161	55.360
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	-	(11)
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	-	58
		161	55.407
Compras de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	-	(6.116)
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	-	(54)
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	-	(8.696)
		-	(14.866)
Repasse de despesas corporativas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	(149)	(138)
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	(4)	(9)
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(b)	(1.482)	(830)
		(1.635)	(977)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	(1.302)	-
		(1.302)	-
Despesas financeiras			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	-	(10.819)
		-	(10.819)

- (a) Referem-se a saldos a receber ou a pagar (receita/custo) sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos ajustes realizados sobre saldos a receber/pagar entre empresas do grupo, classificados em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Adicionalmente, em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".
- (b) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos. Esses saldos são realizados no curso normal das operações.
- (c) Refere-se a extinção do contrato de conta corrente ("Caixa Único") ocorrida em 12 de junho de 2024, onde a Atvos Par, gestora do caixa, formalizou junto à Companhia e suas demais controladas diretas, sendo a posição em aberto entre as controladas e a Atvos Par, amortizadas mediante movimentação de capital pela Atvos Par.

10 Investimentos

Nenhuma das coligadas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em coligadas:

	2026	2025
Investimento em coligada avaliada por equivalência patrimonial		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>4.106</u>	<u>3.592</u>
	<u>4.106</u>	<u>3.592</u>

a. Movimentação dos saldos de investimentos em coligadas

	2025	Resultado com equivalência patrimonial	2026
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>3.592</u>	<u>514</u>	<u>4.106</u>
	<u>3.592</u>	<u>514</u>	<u>4.106</u>
	2024	Resultado com equivalência patrimonial	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	<u>3.125</u>	<u>467</u>	<u>3.592</u>
	<u>3.125</u>	<u>467</u>	<u>3.592</u>

b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras da coligada.

Empresa	Participação	Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Resultado		Resultado com equivalência patrimonial	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	0,32	<u>1.715.097</u>	<u>1.445.163</u>	<u>428.004</u>	<u>318.994</u>	<u>1.287.093</u>	<u>1.126.169</u>	<u>216.474</u>	<u>175.677</u>	<u>514</u>	<u>467</u>
		<u>1.715.097</u>	<u>1.445.163</u>	<u>428.004</u>	<u>318.994</u>	<u>1.287.093</u>	<u>1.126.169</u>	<u>216.474</u>	<u>175.677</u>	<u>514</u>	<u>467</u>

(i) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

11 Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição

	2026			2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	173.320	(122.202)	51.118	57.092
Edifícios e benfeitorias	60.062	(41.067)	18.995	21.629
Máquinas e equipamentos agrícolas	13.584	(13.347)	237	493
Benfeitorias em imóveis de terceiros	613	(523)	90	141
Terras	776	-	776	776
Móveis e utensílios	2.801	(2.783)	18	26
Veículos	8.848	(8.729)	119	261
Equipamentos de informática	1.776	(1.772)	4	4
	<u>261.780</u>	<u>(190.423)</u>	<u>71.357</u>	<u>80.422</u>

b. Movimentação do imobilizado

	2025	Adições	Baixas	Transferências (ii)	Depreciação	2026
Equipamentos e instalações industriais	57.092	11	-	-	(5.985)	51.118
Edifícios e benfeitorias	21.629	-	-	-	(2.634)	18.995
Máquinas e equipamentos agrícolas	493	-	-	-	(256)	237
Benfeitorias em imóveis de terceiros	141	-	-	-	(51)	90
Terras	776	-	-	-	-	776
Móveis e utensílios	26	-	-	-	(8)	18
Veículos	261	-	-	(15)	(127)	119
Equipamentos de informática	4	-	-	-	-	4
	<u>80.422</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(9.061)</u>	<u>71.357</u>

	2024	Adições	Baixas	Transferências (ii)	Depreciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	64.214	12	(264)	-	(6.870)	57.092
Edifícios e benfeitorias	24.311	-	-	-	(2.682)	21.629
Planta portadora (i)	70.333	-	(54.062)	6.978	(23.249)	-
Planta portadora em formação	1.972	5.006	-	(6.978)	-	-
Máquinas e equipamentos agrícolas	1.150	-	(55)	(62)	(540)	493
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192	-	-	-	(51)	141
Terras	776	-	-	-	-	776
Móveis e utensílios	38	-	-	-	(12)	26
Veículos	545	-	-	-	(284)	261
Equipamentos de informática	5	-	(1)	-	-	4
	<u>163.536</u>	<u>5.018</u>	<u>(54.382)</u>	<u>(62)</u>	<u>(33.688)</u>	<u>80.422</u>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (a), em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".
- (ii) A Companhia tem por procedimento a avaliação constante de seus ativos, bem como a análise de renovação e venda deles em leilões. No decorrer das safras 24/25 e 25/26 a Companhia identificou e segregou novos ativos no montante de R\$ 15 em 31 de março de 2026 (R\$ 62 em 31 de março de 2025), os quais foram disponibilizados para venda, e estão classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. Esses ativos estão sendo incluídos no processo de venda em leilões futuros, os quais deverão ocorrer no decorrer da safra 26/27.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R\$59.333 (R\$ 65.805 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia contratou empresa independente para realizar a avaliação do valor de mercado de seus ativos. Com base nos laudos emitidos, concluiu-se que os valores recuperáveis apurados eram superiores aos respectivos valores contábeis registrados, não havendo necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

12 Intangível

a. Composição

	2026			2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	-	-	-	33.512
<i>Software</i>	<u>3</u>	<u>(2)</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>3</u>	<u>(2)</u>	<u>1</u>	<u>33.513</u>

b. Movimentação do intangível

	2025	Adições	Baixas	Amortização	2026
Demais intangíveis:					
Outorga e leilão de energia (ii)	33.512	-	(27.900)	(5.612)	-
<i>Software</i>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>33.513</u>	<u>-</u>	<u>(27.900)</u>	<u>(5.612)</u>	<u>1</u>
	<u>33.513</u>	<u>-</u>	<u>(27.900)</u>	<u>(5.612)</u>	<u>1</u>
	2024	Adições	Baixas	Amortização	2025
Ágio sobre investimentos (i)	40.652	-	(40.652)	-	-
Demais intangíveis:					
Outorga e leilão de energia (ii)	39.946	-	-	(6.434)	33.512
<i>Software</i>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>
	<u>39.948</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.435)</u>	<u>33.513</u>
	<u>80.600</u>	<u>-</u>	<u>(40.652)</u>	<u>(6.435)</u>	<u>33.513</u>

- (i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia avaliou por realizar a baixa por *impairment* do ágio referente à parcela passível de aproveitamento fiscal sobre a sua aquisição pela sua controladora direta. A reserva de ágio, no montante de R\$ 111.600 também foi baixada.
- (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"), os quais foram encerrados em fevereiro de 2026. Com o encerramento da operação, a Administração optou pela provisão de *impairment* do ativo.

Redução ao valor recuperável do ágio e demais ativos intangíveis

De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio e demais ativos intangíveis são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício.

Em 31 de março de 2026, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos demais ativos intangíveis, a administração identificou a necessidade de registrar complemento de provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$27.900, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Em 31 de março de 2025, no entanto, a administração encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável, o qual foi integralmente baixado, com impacto de R\$40.652, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

13 Fornecedores

	Nota	2026	2025
Fornecedores - no Brasil:			
- materiais, serviços, investimentos e outros		371	3.738
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		-	772
- produtos acabados		-	55
- PRJ		550	825
- partes relacionadas	9 (a)	773	863
		<u>1.694</u>	<u>6.253</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		1.144	5.428
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹		271	406
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹		279	419

- ¹ Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 27.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ	Encargos anuais vigentes				2026	2025	Vencimento
	Nota	Taxa	Indexador	Moeda			
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	92.204	78.246	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(8.039)</u>	<u>(10.339)</u>	2042
					84.165	67.907	
Crédito Agroindustrial	(b)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	11.323	9.608	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	<u>(988)</u>	<u>(1.270)</u>	2042
					10.335	8.338	

Atvos Bioenergia Alcídia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026

Finame	(c)					
Extraconcursal aderente	0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	3.962	3.363	
(-) Crédito aditivo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(345)	(444)	2042
				3.617	2.919	
PESA	(d)					
Não submetidos ao PRJ	0%	SELIC	BRL	4.398	5.907	2027
Extraconcursal aderente	0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	112	99	
(-) Crédito aditivo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(4)	(6)	2042
				4.506	6.000	
				102.623	85.164	
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos				2.594	1.509	
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos				1.804	4.398	
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ				98.225	79.257	

Legenda:

CDI: Certificado de Depósito Interbancário
PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
PRJ: Plano de Recuperação Judicial

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 27.

¹ Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação do Grupo Atvos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$ 835. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R\$ 5.100, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$ 38.546, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.

² As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano.

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (c) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (d) Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), mecanismo de renegociação e alongamento de dívidas de crédito rural criado pelo governo federal brasileiro em 1998, assegurado por instituições financeiras através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida, o qual foi liquidado no processo de Recuperação Judicial, sendo o saldo remanescente renegociado novo parcelamento junto a União em 28 de dezembro de 2020.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2026	2025
Saldo no início do exercício	85.164	72.797
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Amortização de principal	(1.400)	(1.400)
Amortização de juros	(717)	(542)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	17.575	12.308
Amortização valor justo Tranche A	2.001	2.001
Saldo no final do exercício	<u>102.623</u>	<u>85.164</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2026	2025
2º ano	5.755	3.374
3º ano	3.951	5.327
4º ano	3.951	3.442
5º ano	3.951	3.442
6º ano	4.280	3.442
7º ano	5.268	3.729
A partir do 8º ano	106.354	96.381
	<u>133.510</u>	<u>119.137</u>

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2026, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 97.075 (R\$66.162, em 31 de março de 2025) e os saldos contábeis que totalizam R\$ 102.623 (R\$85.164, em 31 de março de 2025).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

Covenants

Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

15 Salários e encargos

	2026	2025
Provisão de participação nos lucros e resultados	-	367
Provisão de férias e encargos	-	767
Provisão de 13º salário e encargos	-	122
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	-	38
	<u>-</u>	<u>1.294</u>

16 Tributos a recolher

	2026	2025
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	-	231
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	-	282
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	21	195
Programa de integração social - ("PIS")	3	39
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	-	20
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	6	6
Demais tributos a recolher	<u>275</u>	<u>10</u>
	<u>305</u>	<u>783</u>
Passivo circulante	299	495
Passivo não circulante (i)	6	288

- (i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. N° 151, do CTN.

17 Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2026 e 2025, os montantes registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de venda de ativos em leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	2026	2025
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
Mercado interno - clientes	<u>1.094</u>	<u>36</u>
Passivo circulante	<u>1.094</u>	<u>36</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.797.994, dividido em 3.650 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A.

b. Reserva legal

Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei n° 6.404/76, quando aplicável.

c. Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027.

d. Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2026	2025
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(61.679)	(94.325)
Ações em circulação (milhares)	<u>3</u>	<u>3</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	<u>(20.559,67)</u>	<u>(31.441,67)</u>

19 Planos de previdência privada

A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora, Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes. Em 31 de março de 2026 a Companhia não possui participantes ativos (10 integrantes, em 31 de março de 2025). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026 somaram R\$ 1 (R\$ 15, em 31 de março de 2025) e dos participantes R\$ 3 (R\$ 33, em 31 de março de 2025).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	2026	2025	2026	2025
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	1.771.885	1.738.923	1.778.640	1.745.708
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	10.918	10.451	10.918	10.451
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	367	-	367
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	980	539	980	539
Perda estimada com realização de impostos	1.854	2.118	1.854	2.118
Perda estimada com realização de ativos intangíveis	27.900	-	27.900	-
Total base de créditos	1.813.537	1.752.398	1.820.292	1.759.183
Crédito tributário registrado (i)	2.916	3.040	1.050	1.094
Crédito tributário não registrado (i)	<u>450.466</u>	<u>435.060</u>	<u>162.773</u>	<u>157.232</u>
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 14	(33.481)	(35.482)	(33.481)	(35.482)
Valor justo de aplicações financeiras	-	(5)	-	(5)
Atualização de depósito judiciais	(5.399)	(5.045)	(5.399)	(5.045)
Total base de débitos	(38.880)	(40.532)	(38.880)	(40.532)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(9.720)	(10.133)	(3.500)	(3.648)
Total líquido	<u>(6.804)</u>	<u>(7.093)</u>	<u>(2.450)</u>	<u>(2.554)</u>
Total IR/CS diferidos classificados no passivo não circulante			<u>(9.254)</u>	<u>(9.647)</u>

- (i) Em 31 de março de 2026 e 2025, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2026	2025
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias:						
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	-	782
Valor justo Tranche A – Aditivo PRJ - Nota 14	3.415	(11.384)	3.619	(12.064)	476	476
Valor justo de aplicações financeiras	-	-	1	(2)	1	-
Atualização de depósito judiciais	551	(1.836)	514	(1.715)	(84)	(1.201)
Total base de débitos	3.966	(13.220)	4.134	(13.781)	393	57
		<u>(9.254)</u>		<u>(9.647)</u>		

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2026	2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(62.072)	(94.382)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	21.104	32.090
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
- Equivalência patrimonial	175	159
- Indébito tributário - SELIC (i)	67	88
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(6)	(8)
- Baixa ágio por <i>impairment</i>	-	(13.822)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(20.947)	(18.450)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>393</u>	<u>57</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,63%	0,06%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	393	57

- (i) A Companhia possui ações judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo a atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indêbitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência.

21 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Provisionadas

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	2026	2025
Processos trabalhistas	1.927	1.811
Processos cíveis	-	77
Processos ambientais	539	733
Processos tributários	<u>557</u>	<u>398</u>
Passivo não circulante	<u>3.023</u>	<u>3.019</u>

As movimentações das contingências provisionadas no exercício estão apresentadas conforme segue:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	6.963	2.493	892	10.348
Incorporação de saldos	-	-	-	-
Adições	596	1.151	137	1.884
Reversões	-	(1.650)	(149)	(1.799)
Utilizações	-	(219)	(70)	(289)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	<u>(7.161)</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>(7.125)</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>398</u>	<u>1.811</u>	<u>810</u>	<u>3.019</u>
Adições	557	902	22	1.481
Reversões	-	(365)	(293)	(658)
Utilizações	-	(355)	-	(355)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	<u>(398)</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>(464)</u>
Saldo em 31 de março de 2026	<u>557</u>	<u>1.927</u>	<u>539</u>	<u>3.023</u>

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte:

Processos trabalhistas

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (iv) indenização por danos morais.

Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 15 processos trabalhistas (19 em 31 de março de 2025), com prognóstico de perda provável.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: (i) indenizações de natureza diversa; (ii) sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; e (iii) honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias.

Processos tributários

Referem-se a: (i) exigência de multa por suposta omissão de cobertura cambial relacionada à exportação; (ii) cobrança do adicional de 20% sobre a contribuição ao SENAI, em razão da cia ter superado 500 integrantes do período cobrado; (iii) glosa de créditos de PIS e COFINS; (iv) cobrança ICMS operação exportação; e (v) glosa de crédito ICMS CIAP e outros. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

b. Não provisionadas

A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	2026	2025
Processos tributários	33.093	33.164
Processos cíveis	11	-
Processos trabalhistas	154	323
Processos ambientais	3	4
	<u>33.261</u>	<u>33.491</u>

Processos tributários

Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se:

- (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso; (ii) cobrança de ICMS DIFAL; (iii) suposto creditamento indevido; (iv) exportações supostamente não comprovadas; (v) suposta manutenção de passivo fictício; e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R\$ 27.520 em 31 de março de 2026 (R\$ 26.256 em 31 de março de 2025); e
- (b) Declarações de compensação e pedidos de ressarcimento não homologados e respectiva multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R\$ 5.559 em 31 de março de 2026 (R\$ 6.859 em 31 de março de 2025).

Tratamentos fiscais incertos

Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 3 (7, em 31 de março de 2025), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado.

Processos cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 7 (21 em 31 de março de 2025), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	2026	2025
Processos tributários	1.329	1.532
Processos cíveis	2	2
Processos trabalhistas	42	43
	<u>1.373</u>	<u>1.577</u>

22 Receitas

	2026	2025
Receita bruta		
Mercado interno		
Energia elétrica	32.906	21.652
Cana-de-açúcar	-	54.451
Outras vendas	653	1.120
Receita bruta total	<u>33.559</u>	<u>77.223</u>
(-) Tributos sobre vendas	<u>(3.541)</u>	<u>(4.211)</u>
Receita líquida total	<u>30.018</u>	<u>73.012</u>

23 Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza

	2026	2025
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(898)	(10.048)
Despesas com pessoal	(1.553)	(5.924)
Serviços de terceiros	(1.871)	(2.255)
Materiais para revenda	(30.146)	(17.048)
Taxas e encargos de energia	(918)	(1.049)
Outras despesas	(905)	(855)
	(36.291)	(37.179)
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(634)	(24.388)
de ativos biológicos colhidos	(239)	(16.869)
de direito de uso	-	(10.752)
de ativos tangíveis e intangíveis	(14.738)	(17.888)
	(15.611)	(69.897)
Variação do valor justo do ativo biológico	-	6.044
	(51.902)	(101.032)
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(49.501)	(98.079)
Despesas com vendas	-	(2)
Despesas administrativas e gerais	(2.401)	(2.951)
	(51.902)	(101.032)

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas:		
Reversão perda estimada com realização de impostos - Nota 8	264	232
Venda de ativos imobilizados, líquidas (i), Nota 11(b.i)	279	63.172
Reversão passivos contingentes (vi)	-	204
Receitas de superveniências (iii)	-	1.768
Dividendos recebidos	160	116
Outras receitas	1.002	-
	1.705	65.492
Outras despesas:		
Provisão para realização de ativos (ágio e intangível) - Nota 12	(27.900)	(40.652)
Multa ANEEL (ii)	(547)	(4.769)
Provisão passivos contingentes	(468)	-
Efetivação de perdas em processos judiciais	(400)	(440)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 11(b.i)	-	(66.738)
	(29.315)	(112.599)
	(27.610)	(47.107)

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (a), em 13 de março de 2025, a Companhia formalizou a venda do seu fundo agrícola, o qual incluiu o seu ativo biológico e sua planta portadora, para a sua parte relacionada Conquista do Pontal. O preço de venda foi estabelecido pelas partes conforme laudo de avaliação do valor de mercado desses ativos, elaborado por empresa independente e possui prazo de pagamento integral em 08 de março de 2026. A Companhia apurou prejuízo de R\$ 4.186 na operação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

- (ii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER).
- (iii) Refere-se ao levantamento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS identificados nas apurações da Companhia.
- (iv) No comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão dos processos tributários inseridos ao PRLF, os quais a Administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes.

25 Resultado financeiro, líquido

	2026	2025
Receitas financeiras:		
Juros ativos	550	5.305
Variação monetária ativa	183	17
Rendimento com aplicações financeiras	6.076	6.147
	<u>6.809</u>	<u>11.469</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(17.571)	(23.907)
Ajuste a valor presente	-	(4.938)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 14	(2.001)	(2.001)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(316)	(320)
Despesas e comissões bancárias	(8)	(25)
Ajuste a valor de mercado	(5)	-
	<u>(19.901)</u>	<u>(31.191)</u>
	<u>(13.092)</u>	<u>(19.722)</u>

26 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração do Grupo Atvos e garantias vigentes.

A Companhia integra o programa de segurança operacional, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia possui contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas / apólices destacadas abaixo:

		<u>Grupo Atvos (i)</u>	
		2026	2025
Item	Riscos cobertos		
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - “All Risks” (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R\$ 112.000 por evento, sendo R\$ 80.000 para cobertura básica e R\$ 32.000 para custo de defesa e despesa de contenção de sinistro, limitado a R\$ 224.000, com os mesmos sublimites apartados.	224.000	160.000

Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	3.000	1.000
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R\$50.000, com apólice de excesso limitada à R\$ 120.000.	170.000	150.000
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	10.000	5.000

- (i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas das empresas do Grupo Atvos.
- (ii) Nas coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) não estão incluídos riscos vinculados à veículos e máquinas e equipamentos agrícolas, pois eles possuem apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE para os veículos, e, para riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, o valor em risco coberto totaliza R\$ 939.616.

A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

27 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

27.1 Riscos de mercado

a. *Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 14). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI).

Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus):

Instrumento	Fator de risco	Exposição Valor	Cenário provável	
			%	Valor
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	43.636	10,50%	4.582
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(107.601)	10,50%	<u>(11.298)</u>
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>(6.716)</u>

27.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	2026	2025
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	14	25
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	43.636	49.406
Contas a receber de clientes	75.122	76.302
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	<u>64</u>	<u>454</u>
	<u>118.836</u>	<u>126.187</u>

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

27.3 Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

		Fluxo contratual			
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	1.694	1.694	1.415	279	-
Empréstimos e financiamentos	102.623	136.104	2.594	13.657	119.853
Partes relacionadas	19.893	19.893	19.893	-	-
Adiantamentos de clientes	1.094	1.094	1.094	-	-
Outros débitos	5.445	5.445	-	5.445	-
	130.749	164.230	24.996	19.381	119.853
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	6.253	6.253	5.834	419	-
Empréstimos e financiamentos	85.164	120.646	1.509	12.143	106.994
Partes relacionadas	19.908	19.908	19.908	-	-
Adiantamentos de clientes	36	36	36	-	-
Outros débitos	5.445	5.445	-	5.445	-
	116.806	152.288	27.287	18.007	106.994

27.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente ao nível consolidado do Grupo Atvos.

27.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a. Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	14	25
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	43.636	49.406
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	75.122	76.302
Depósitos judiciais	Custo amortizado	1.373	1.577
Partes relacionadas	Custo amortizado	24	24
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	64	454
Total dos ativos		<u>120.233</u>	<u>127.788</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	1.694	6.253
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	102.623	85.164
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	19.893	19.908
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	1.094	36
Outros débitos	Outros passivos financeiros	5.445	5.445
Total dos passivos		<u>130.749</u>	<u>116.806</u>

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

b. Valor justo

A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2026			2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	43.636	-	-	49.406	-
	<u>-</u>	<u>43.636</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.406</u>	<u>-</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (i)	-	97.075	-	-	66.162	-
	<u>-</u>	<u>97.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66.162</u>	<u>-</u>

- (i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir:

- O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.
- O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	2026	2025
Adição total de imobilizado	11	11	5.018
Adição de planta portadora em formação	11	-	(5.006)
		<u>11</u>	<u>12</u>

* * *

Bruno Pessoa Serapião
CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi
CFO

Amanda Moyses Miranda
CRC/SP nº 342 440/O-3
Contadora